

EXPERIÊNCIAS DE LEITURA DE ADOLESCENTES LEITORES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: O GÊNERO CARTA COMO ESPAÇO DA SUBJETIVIDADE

Leandro Alves dos Santos¹
Amelia Escotto do Amaral Ribeiro²

Aos adolescentes autores de atos infracionais em cumprimento de medida socioeducativas são garantidos por lei a proteção integral dos seus direitos, conforme o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE - Lei 12.594/12). Contudo, o tratamento legal dispensado à criança e ao adolescente caminha a passos largos de se traduzir em instrumentos de defesa e promoção de seus direitos.

Diante desse contexto, é comum pensar que os espaços de cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, são espaços que funcionam ou devem funcionar com um caráter meramente punitivo, onde a privação de liberdade está diretamente associada à privação de educação, saúde, entre outros direitos (COSTA, 2004).

Deste modo, desconstruir referida associação significa desconstruir também valores e discursos pejorativos sobre o adolescente autor de ato infracional que o planificam na condição de infratores. Perceber o adolescente como sujeito de direitos, significa pensar esse ambiente como um ambiente que contribua para a construção e valorização das subjetividades. Nesse sentido, as práticas e experiências de leitura podem ter um papel fundamental nessa promoção (JULIÃO, 2014).

Tendo como objeto de estudo as experiências de leitura em ambientes de privação de liberdade, o presente estudo buscou investigar a prática de leitura dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, os contextos em que se inserem e os seus significados.

Toma-se como universo da pesquisa um grupo de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em uma das unidades do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro. A fim de se obter uma amostra, foi realizada uma pesquisa inicial junto às equipes técnicas de referência dos adolescentes cujo objetivo foi mapear os adolescentes que tem a leitura como prática no cumprimento de medida de internação, excluída a prática da leitura no ambiente escolar. A partir do levantamento, foram selecionados seis adolescentes, um de cada equipe de referência, identificados como AD1, AD2, AD3, AD4, AD5 e AD6, respectivamente.

A etapa inicial da investigação contou como aporte metodológico para a coleta de dados, a entrevista semiestruturada, por se tratar de um instrumento que, para além de um roteiro inicial, permite a inclusão de questões inerentes às circunstâncias momentâneas da entrevista. Deste modo, a partir de um roteiro inicial, as respostas dos informantes dariam frutos a novos questionamentos e, conseqüentemente a novas hipóteses sobre o tema da pesquisa (MANZINI, 1990).

Em decorrência dos dados obtidos com a primeira etapa que revelou que a prática de leitura de cartas é a mais comum entre os adolescentes leitores em privação de liberdade entrevistados, seguiu-se com a análise documental de cartas recebidas pelos adolescentes leitores, sob a perspectiva qualitativa de análise e tratamento dos dados.

Inicialmente, enfocam-se os conceitos de prática e de experiência de leitura, tomando como aporte teórico as contribuições de YUNES (2003), LARROSA (1996), CHARTIER

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). E-mail: leandrosantos@rioeduca.net.

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

(1996), entre outros autores. Em seguida, apresentam-se e discutem-se os resultados encontrados por essa investigação.

Leitura: da prática à experiência

A relação da humanidade com a leitura e a escrita tem uma longa trajetória permeada por transformações em que ler adquire significados distintos para cada sociedade e período histórico. Dos primeiros manuscritos sumérios às inovações tecnológicas do atual século, a humanidade demonstrou estar preocupada em tornar o acesso à leitura mais confortável. Assim como os suportes de leitura se modificaram ao longo dos séculos, as práticas de leitura também se diversificaram (FICHER, 2006).

A contemporaneidade protagoniza novas formas de leitura, através de suporte que vão para além do livro impresso. Chartier (1999) aponta que o computador tem motivado mudanças no modo de ler e nas práticas de leitura:

A inscrição do texto na tela cria uma distribuição, uma organização, uma estrutura do texto que não é de modo algum a mesma com a qual se defrontava o leitor do livro em rolo da antiguidade ou o leitor medieval, moderno e contemporâneo do livro manuscrito ou impresso, onde o texto é organizado a partir de sua estrutura em cadernos, folhas e páginas. [...] o texto que ele carrega, a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler. (CHARTIER, 1999, p. 12-13)

Referidas mudanças não significam, necessariamente, uma modificação irreversível no *modus operandis* da prática de leitura. Dentro da concepção chartieriana, o leitor contemporâneo traz em si características do leitor da Antiguidade e da Idade Média, por exemplo. Nesse sentido, pode-se considerar que tanto a leitura como o ato de ler são processos dinâmicos, criativos em que cada leitor, dentro dos limites e possibilidades de sua época, atribui sentidos ao modo de ler, que perpassaram pela invenção de novas atitudes, resgate de umas e/ou extinção de outras.

Pensar na dinamicidade da leitura e do ato de ler significa pensar que esses são processos que podem estar para além de um ato mecânico, superficial. Ao ler atribuem-se significados que correspondem às experiências vividas. Dessa forma, a leitura é algo individual, privado e subjetivo. Cada indivíduo é marcado ou não por experiências que potencializam a construção de significados no ato de ler

Assim, ler possui um sentido novo e diferente para cada leitor, em cada espaço e em cada momento. “[...] a leitura é um trabalho com e sobre a linguagem, com e sobre o sentido, que conduz à transformação de nossa maneira de ser no mundo e, com ela, do mundo mesmo.” (LARROSA, 1996, p. 53).

Pensar na leitura no âmbito da experiência significa ponderar que a subjetividade, o tempo e o contexto são fatores intrínsecos à experiência. De acordo com Yunes (2003), é na subjetividade que se encontram as experiências de leitura, que se caracteriza quando:

O leitor se deixa tocar e realiza de maneira, primeiro, desconstrutora, depois constitutiva, seu enlace com a linguagem, com o que está antes e depois dela como expressão e forma –sensações e percepções inominadas –, a leitura torna-se

experiência da gratuidade do verbo e opera de modo contínuo e não-consciente no fortalecimento da subjetividade e da ação crítica. (YUNES, 2003, p. 15)

Desse modo, a subjetividade ao ler não permeia apenas o que se lê, mas está relacionada ao como se lê e ao como acontece a leitura através do que foi lido. E as marcas deixadas pelo leitor durante a leitura podem revelar a subjetividade de cada leitura para cada leitor. “Quem lê o faz com toda sua carga pessoal de vida e experiência, consciente ou não dela, e atribui ao lido as marcas pessoais de memória, intelectual e emocional.” (YUNES, 2003, p. 10).

Larrosa (1996) sinaliza que há outro elemento chave que contribui para que a leitura se configure numa experiência: o desejo. Assim, a leitura que não for motivada pelo desejo pode se tornar meramente informativa, que não toca e marca a ponto de se configurar em uma experiência de leitura. O desejo se apresenta, então, como elemento impulsionador da transformação. Assim,

Trata-se de pensar a leitura como algo que nos forma (ou nos de-forma, ou nos trans-forma), como algo que nos constitui ou nos põe em questão naquilo que somos. A leitura, portanto, não é só um passatempo, um mecanismo de evasão do mundo real e do eu real. E também não se reduz a um meio para adquirir conhecimentos. (LARROSA, 1996, p. 16)

Logo, se essa leitura marca e instiga é porque ela está vinculada a uma experiência particular, subjetiva, que foi constituída no vivido e que pode vir a se configurar em experiência(s) de leitura, uma vez que o leitor leu, atribuiu sentido, foi tocado, inquietou-se e transformou a leitura em experiência.

Contudo, nem sempre uma prática de leitura se traduz numa experiência de leitura. Larrosa (1996) sinaliza que a experiência de leitura ocorre em espaços, contextos e momentos adequados. Assim,

A atividade da leitura é às vezes experiência e às vezes não. Porque ainda que a atividade da leitura seja algo que fazemos regular e rotineiramente, a experiência da leitura é um acontecimento que tem lugar em raras ocasiões. E sabemos que o acontecimento escapa à ordem das causas e dos efeitos [...] só quando conflui o texto adequado, o momento adequado, a sensibilidade adequada, a leitura é experiência. (LARROSA, 1996, p. 28-29)

Deste modo, a experiência de leitura se traduz num evento, cuja natureza não lhe permite que seja antecipada, nem prevista ou necessariamente provocada.

O resgate do gênero carta como prática e experiência de leitura de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

A análise dos dados obtidos pela entrevista com os adolescentes permitiu revelar que eles não tinham a leitura como prática em seu cotidiano antes de serem institucionalizados. Em cumprimento de medida, os adolescentes entrevistados apontaram como práticas a leitura de gibis, livros e cartas trazidas por amigos e familiares, durante a visitação aos finais de semana.

Os motivos pelos quais os adolescentes entrevistados apresentam as referidas práticas de leitura foram analisados, sistematizados e estão ilustrados no quadro a seguir:

	AD 1	AD 2	AD 3	AD 4	AD 5	AD 6
Gibis	Auxílio na reavaliação da medida. Linguagem simples.	Não lê gibis.	Auxílio na reavaliação da medida..	Auxílio na reavaliação da medida. Distração.	Linguagem simples. Diversão.	Não lê gibis.
Livros	Auxílio na reavaliação da medida.	Auxílio na reavaliação da medida. Distração.	Não lê livros.	Não lê livros.	Não lê livros.	Auxílio na reavaliação da medida.
Cartas	Condição do cumprimento da medida.	Incentivo para o cumprimento de medida.	Condição do cumprimento da medida.	Condição do cumprimento da medida.	Incentivo para o cumprimento de medida.	Condição do cumprimento da medida.

Quadro 1 – Síntese dos motivos apresentados por adolescentes em contexto de privação de liberdade para a prática da leitura de gibis, livros e cartas. Fonte: o autor, 2016.

De acordo com o Quadro 1, a leitura de cartas apresenta-se, majoritariamente, motivada por uma espécie de condição de cumprimento de medida, norteadas pela ideia de que essa prática de leitura seria inerente à privação de liberdade. A leitura de cartas pessoais, prática em desuso na sociedade contemporânea, aparece estar atrelada à condição de adolescente infrator, na medida em que se relaciona estritamente a dimensão do cumprimento da medida de internação. É interessante notar, que a ausência da possibilidade de comunicação através de outros meios, como telefone e internet não foi apresentada pelos adolescentes entrevistados como uma justificativa ao resgate do texto epistolar. Nesse sentido, apesar de leitores contemporâneos, os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa resgatam traços de práticas de leitura de épocas anteriores, atribuindo-lhes novos sentidos (CHARTIER, 1999).

Se, por um lado, o resgate da leitura epistolar, como prática em ambiente de privação de liberdade parece reforçar a condição de infrator; por outro, pode se traduzir numa experiência de leitura, na medida em que faz emergir elementos que potencializam dimensão individual, privada e subjetiva. Referidas dimensões são apontadas por Larrosa (1996) como fundamentais no ato de ler.

A análise documental de cartas recebidas pelos adolescentes entrevistados permitiu revelar, a partir das mensagens contidas nos textos, elementos que resgatam as singularidades dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Dentre os principais assuntos tratados nas cartas analisadas, destacam-se: namoro, amizade, lembranças de momentos anteriores a internação, projetos pós-internação, conquistas familiares e mensagens religiosas.

Referidos assuntos destacam aspectos que tem relação direta com sua trajetória de vida, lembranças do que foi vivido ou do que está por vir. Além de destacar as relações afetivas que os adolescentes estabelecem com seus pares, seja com familiares, amigos ou namorada. Deste modo, a leitura das referidas cartas está permeada de elementos que reforçam a sua subjetividade num contexto de privação de liberdade e no tempo de cumprimento de medida

socioeducativa. Como destaca Yunes (2003), a subjetividade, o tempo e o contexto são fatores intrínsecos à experiência.

Resgatando os dados obtidos pelas entrevistas, é possível observar nos relatos dos adolescentes elementos que ratificam de que a prática da leitura de cartas de familiares, namorada e amigos toma uma dimensão de experiência, permeada pelo desejo. A leitura de cartas transcende da esfera meramente informativa do mundo exterior para se traduzir em experiência, na medida em que, todos os adolescentes entrevistados sinalizam que referida prática é fundamental para pensar em si mesmo, na sua trajetória, na relação que estabelece com as pessoas e nas perspectivas pós-cumprimento de medida. Deste modo, como aponta Larrosa (1996), a leitura que não for motivada pelo desejo não toca e tampouco marca o sujeito leitor, o desejo se torna elemento chave para que a leitura se configure como experiência.

Considerações finais

Os dados sinalizam que o resgate do gênero carta como prática de leitura no ambiente da internação parece se traduzir numa experiência de construção de subjetividade. Ao mesmo tempo em que o resgate da leitura epistolar reforça sua condição de infrator, por funcionar como uma espécie de prática de leitura inerente ao contexto da internação, as mensagens contidas nas cartas parecem resgatar a percepção de que são adolescentes, com suas singularidades. Nesse sentido, nos relatos dos adolescentes leitores é possível identificar elementos que sugerem que a leitura transcende a prática e se torna experiência, na medida em que toca a subjetividade dos sujeitos, marca e os constitui.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.594**, de 18 de janeiro de 2012.

CHARTIER, R. Do livro a leitura. In: CHARTIER, R.; BOURDIEU, P; BRESSON, F. (Org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

COSTA, A. C. G. **As Bases Éticas da Ação Sócio-educativa**. Manuscrito impresso. Belo Horizonte: abr., 2004.

JULIÃO, E. F.; PAIVA, J. A leitura no espaço carcerário. In: **Perspectiva**, Florianópolis, jan./abr., 2014.

LARROSA, J. **A experiência da leitura**. Estudos sobre leitura e formação. Barcelona: Laertes, 1996.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

YUNES, E. Leitura como experiência. In: YUNES, E.; OAWALD, M. L. (Org.). **A experiência da leitura**. São Paulo: Loyola, 2003.